



Evento	Salão UFRGS 2013: SIC - XXV SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
Ano	2013
Local	Porto Alegre - RS
Título	Estudo documental sobre programas de tratamento penal para as mulheres: da moralização religiosa à prisão moderna
Autor	JOANA DAS FLORES DUARTE
Orientador	BEATRIZ GERSHENSON AGUINSKY
Instituição	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Resumo

A pesquisa caracteriza-se em uma abordagem qualitativa do tipo intencional exploratória na perspectiva do método dialético-crítico, propõe-se a extrair dos discursos institucionais do sistema prisional feminino, suas múltiplas determinações compreendendo sua dimensão histórica considerando o fenômeno no conjunto de suas relações.

Tem como objetivo geral analisar os discursos sobre o feminino na questão penitenciária brasileira, na última década sem descuidar das relações sociais no capitalismo e os impactos para as mulheres, que na contemporaneidade vem assumindo novos papéis dentre eles o de chefiar a família. Outro elemento de importância são as condições e transformações no mundo do trabalho e seus impactos para as mulheres que cumprem medida privativa de liberdade, estando presentes ações engendradas nos moldes religiosos em preparar a mulher para o cuidado e manutenção do lar, sendo ainda naturalizado nas unidades prisionais mulheres desempenhar atividades sem cunho profissionalizante. Tal pesquisa se caracteriza como uma análise documental, onde inicialmente foi realizada uma leitura e revisão bibliográfica acerca do tema, posteriormente o levantamento de dados mais especificamente dos últimos dez anos sobre o sistema prisional feminino no Brasil, e por último, a análise documental dos normativos selecionados mais especificamente legislações complementares a LEP.

De modo geral, os normativos analisados, apresentam em seu conteúdo um discurso de feminino ainda muito imbricado na visão da mulher como um sujeito reprodutor, visto que em grande parte os normativos são dirigidos às mulheres com filhos ou gestantes. Tais questões podem ser compreendidas ao observar a ausência de política de trabalho e geração de renda, profissionalização e preparação para o mercado de trabalho no âmbito das prisões femininas.

A partir do mapeamento do Sistema Prisional Feminino no Brasil, pode-se diagnosticar que os estabelecimentos prisionais ainda são em pequeno número, se comparados com o sistema prisional masculino. Segundo os dados do Conselho Nacional de Justiça, há no Brasil 2.903 estabelecimentos dirigidos à execução penal, sendo que deste total apenas 77 são para o público feminino. Quais sejam: Cinco (05) Unidades de Regime Semiaberto, cinquenta e três (53), Penitenciárias/cadeias, quatro (04), Unidades de internação provisória, duas (02) Colônias agrícolas, uma (01) Cadeia na polícia Civil, dez (10), centros de reintegração e ressocialização e três (03) albergues. Diagnosticou-se também que as Unidades prisionais são em sua maioria localizadas nas capitais e regiões metropolitanas. A não regionalização das Unidades prisionais tende a dificultar a manutenção dos vínculos familiares das detentas com seus familiares que residem distantes das Unidades.

Referências:

FRASER. N. **O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história**. Mediações, Londrina, v. 14, n.2, p. 11-33, Jul/Dez. 2009.

PRATES, Flávio Cruz; PRATES, Jane Cruz. **Problematizando o uso da técnica de Análise Documental no Serviço Social e no Direito**. Sociedade em Debate, Pelotas, 15(2): 111-125, jul.-dez./2009.

CNJ. **Conselho Nacional de Justiça**. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/programas-de-a-a-z/sistema-carcerario-e-execucao-penal/geopresidios-page> acesso em: 16 de abril de 2013. n